

Eles não sabem o preço da rua: tecnologias políticas de inclusão e literacia financeiras em Angola

Catarina Morawska¹

Resumo: O objetivo do artigo é abordar os esforços da promoção da inclusão e literacia financeiras como uma tecnologia política que tem como horizonte a expansão do setor financeiro em Angola. Inspirada na fala de uma *kinguila*, nome dado a senhoras que fazem operações de câmbio nas ruas de Luanda, de que o setor financeiro “não sabe o preço da rua”, volto a atenção para os limites da disseminação da chamada “capacidade financeira”, noção mobilizada pelo setor a partir de pressupostos ontológicos pautados nos pares tradicional/moderno e formal/informal. Para tanto, abordo as condições externas esperadas e não satisfeitas na formação de sujeitos financeiros, incluindo tanto as condições políticas que produzem o que os agentes do setor chamam de “ineficiências no mercado”, em especial a relação estreita entre governo e bancos, quanto as condições econômicas, que levam a população a uma recusa em operar na lógica da *techne* capitalista do tempo.

Palavras-chave: antropologia da economia, mercado financeiro, Angola

They don't know the street price: political technologies of financial literacy and inclusion in Angola

Abstract: The aim of the article is to look into efforts to promote financial literacy and inclusion as a political technology that seeks to expand the financial sector in Angola. Inspired by the claim of a *kinguila*, a woman who offers foreign

¹ Universidade Federal de São Carlos. A pesquisa foi realizada com recursos provenientes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2017/06642-5. Uma versão preliminar do texto foi apresentada no evento “Processos de constituição de sujeitos em contextos africanos”, realizado na Universidade Federal de São Carlos em agosto de 2020, e coordenado por Iracema Dulley, a quem agradeço pelos comentários. Agradeço também a Chirley Mendes pelas sugestões que ajudaram a aprofundar o argumento.

exchange operations on the streets of Luanda, that the financial sector “does not know the street price”, I explore the limits to the dissemination of the so-called “financial capacity”, a notion that carries ontological assumptions based on the traditional/modern and informal/formal pairs. To do so, I address the external conditions for the formation of financial subjects that are hoped for but never realized. That includes both political conditions that produce what market players call “inefficiencies in the market”, especially the close relation between the state and banks, and economic conditions, which lead the population to a refusal to operate in the logic of the capitalist techne of time.

Keywords: anthropology of the economy, financial market, Angola

O Museu da Moeda foi a minha porta de entrada no mundo das finanças em Luanda em novembro de 2019. Situado em um edifício subterrâneo na praça em frente ao Banco Nacional de Angola (BNA), o museu apresentava uma narrativa de transformações que iam da permuta à moeda nacional, o Kwanza, por meio da exibição de artefatos monetários, como moedas coloniais, séries atuais e passadas de papel-moeda do Kwanza, antigas conchas Nzimbo que circulavam no reino do Kongo, tecidos, miçangas, marfim, bem como uma barra de ouro cujo peso os visitantes eram incentivados a sentir com as próprias mãos. A exposição terminava em uma sala com painéis sobre tecnologias monetárias digitais e o sistema financeiro de Angola. Na ocasião de minha visita, crianças em idade escolar uniformizadas eram conduzidas pela exposição por um guia e encorajadas a repetir frases como: “o museu foi inaugurado no dia 6 de maio de 2016 pelo ex-presidente Engenheiro José Eduardo dos Santos”. A cada parada, acompanhavam diligentemente a “história do dinheiro do Zimbo ao Kwanza”. Trata-se, com efeito, da disseminação do que Christine Desan (2014, p. 6) aponta como a história convencional da criação do dinheiro e da modernização econômica: “O mito de que o dinheiro surge naturalmente das negociações de indivíduos empreendedores ou do seu acordo sobre um símbolo comum de valor fornece toda a história necessária ao consenso moderno”.

A narrativa construída por meio da coleção numismática oficial do país estabelecia diversas analogias entre a legitimidade do BNA, que atua como banco central de Angola, para emitir e regular o Kwanza e o poder político dos chefes soberanos que outrora controlavam a circulação das conchas Nzimbo. Em um

dos painéis do museu lia-se:

Os diferentes símbolos monetários aqui referidos, e que circulavam no período anterior à presença portuguesa, estavam sob alçada dos soberanos bem como das chefias mais locais, que controlavam através de funcionários preparados para o efeito os principais espaços de comércio, bem como a circulação dos símbolos monetários em curso. O caso paradigmático tem como exemplo os Nzimbu que eram propriedade do soberano do Kongo. Na época, os locais onde se recolhiam, em grande quantidade, constituíam uma verdadeira casa de moeda em que um responsável mandatado pelo rei do Kongo actuava como administrador da justiça e do tesouro dos Nzimbu. Consoante as necessidades, o soberano do Kongo, na época, podia restringir ou aumentar a quantidade e o valor dos Nzimbu no mercado local/oficial. (Painel expositivo da Casa da Moeda, Caderno de Campo, Luanda, 2019).

A história da moeda retratada pelo museu transmitia uma mensagem dupla. Em primeiro lugar, enfatizava a intrínseca relação entre o poder soberano e a legitimidade do governo sobre o sistema monetário oficial. Segundo, estabelecia uma linha temporal que colocava os objetos de troca não só como anteriores historicamente ao Kwanza, mas também menos evoluídos do que as práticas monetárias controladas pelo governo.

Apenas nas semanas seguintes, após realizar entrevistas com agentes do mercado financeiro, como oficiais de governo e funcionários de bancos e sociedades corretoras, percebi que, em muitos sentidos, os mesmos elementos permeavam o mundo financeiro de Angola². Havia uma tensão entre o mercado monetário oficial (ou formal) e os mercados não oficiais (informais), estes últimos vistos como remanescentes da “tradição”. Os mesmos dois pares concei-

2 Entre novembro e dezembro de 2019 foram realizadas entrevistas presenciais semi-estruturadas com funcionários e membros do conselho das seguintes organizações: Banco VTB África; Comissão do Mercado de Capitais (CMC); MadzGlobal; Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva); Banco Millenium Atlântico; Banco Prestígio; Banco SOL; Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF); Embaixada Brasileira em Angola; Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG). Nenhuma entrevista foi gravada, mas como se tratava de ambiente corporativo, não causava estranhamento fazer anotações em meu caderno de campo sobre quatro temas: a) a formação do mercado de capitais, em especial o papel do Estado e do Banco Nacional de Angola na criação do mercado de capitais e o foco nas privatizações; b) o uso de tecnologia, em especial os sistemas de negociação da Bodiva; c) a produção de dados e análises para o mercado; d) os programas de literacia financeira. Além das entrevistas, realizei conversas informais com funcionários do Museu da Moeda; Banco YETU; Caixa Angola; Banco BIC. Realizei também palestras seguidas de debate no Centro Cultural Brasil-Angola e na corretora MadzGlobal. Busquei ainda no dia a dia entrar em contato com as notícias do Jornal Mercado e Jornal Expansão, este último indicado pelo assessor de assuntos econômicos da Embaixada brasileira como o melhor jornal econômico do país. Fiz também pesquisa na biblioteca da Imprensa Nacional em busca de legislação relacionada ao mercado financeiro e adquiri livros de autores angolanos na área de economia.

tuais – formal/informal e tradicional/moderno – estavam na base dos esforços para a promoção da chamada “capacidade financeira”, associada tanto à ideia de inclusão quanto de literacia financeiras, pelo Banco Nacional de Angola (BNA), Comissão do Mercado de Capitais (CMC), Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF) e bancos privados. Todos os que estavam associados aos mercados formais institucionalizados apoiavam ou estavam ativamente envolvidos em programas de fomento à capacidade financeira, alinhados à definição do Banco Mundial: “[A capacidade financeira] abrange o conhecimento (literacia), atitudes, habilidades e o comportamento dos consumidores com respeito ao entendimento, selecção, e uso de serviços financeiros, e a capacidade de aceder a serviços financeiros que sirvam as suas necessidades” (BANCO MUNDIAL, 2013 Apud BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. v).

Ao promover conceitos como “empreendedorismo” e “planeamento económico” por meio de manuais e oficinas em escolas, ciclos de palestras interprovinciais, produção de filmes audiovisuais e palestras (CMC, 2019), o objetivo declarado desses programas era aumentar os níveis de acesso financeiro no país, já que a chamada “taxa de bancarização”, ou seja, a quantidade de pessoas com contas bancárias, compreendia à época cerca de 30% da população³. Além de resultados pragmáticos, como a ampliação da carteira de clientes dos bancos e a popularização do uso de ferramentas tecnológicas nas finanças, esses programas carregavam outra expectativa menos tangível, a de incitar o surgimento de sujeitos financeiros, angolanos modernos que racionalmente assumiriam o controle do seu próprio futuro. Como lembrava aos seus clientes o guia de literacia financeira de um dos maiores bancos privados de Angola: “planeie a sua vida antes que a vida planeie por si” (BANCO ATLANTICO, 2013, p. 4).

O problema da constituição de sujeitos financeiros pode ser pensado a partir do trabalho de Janet Roitman (2005) sobre autoridade reguladora e práticas fiscais em Camarões. Muito diferente da narrativa evolutiva do dinheiro tão comum a museus da moeda, Roitman aborda o problema dos múltiplos signos de valor que circulavam e coexistiam no contexto colonial, um tema recorrente na literatura antropológica sobre economias em contextos africanos (BOHAN-

³ Há discrepância nas estatísticas sobre bancarização. Demirguc-Kunt et al. (2014) indicaram que apenas 29,3 por cento de angolanos adultos possuíam conta bancária em 2014. O Inquérito de Capacidade Financeira de 2019, contudo, identificou 49% de adultos angolanos bancarizados naquele ano, não necessariamente por um aumento na taxa, mas por diferenças metodológicas na produção dos dados (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020). Durante a pesquisa de campo a taxa mencionada pelas pessoas entrevistadas foi 30%.

NAN, 1955, 1959; GUYER, 2004). Roitman argumenta que a tributação (*impôt*) estabelecida pelo poder colonial dependia de uma noção particular de preço que transformou “os camaroneses em consumidores do signo monetário francês, em oposição a outros signos de valor que circulavam e sustentavam várias hierarquias sociais na região (...)” (ROITMAN, 2005, p. 10). Com isso, buscava-se fazer prevalecer a moeda colonial como principal referência na fixação dos preços. De acordo com a autora, o “preço do imposto” era uma tecnologia política que materializava o poder colonial em forma fiscal e constituía o sujeito fiscal do império colonial francês como um consumidor-contribuinte, isto é, um consumidor da moeda colonial e uma fonte de riqueza monetária europeia.

O argumento de Roitman (2005) é interessante para pensar as ideias de inclusão e literacia financeiras no contexto angolano, na medida em que enfatiza como tecnologias políticas constituem um campo de intervenção baseado num conjunto de pressupostos sobre a natureza da vida econômica. Tal abordagem demanda atenção a uma ampla gama de iterações, repetições e padrões institucionalizados que tornam aspectos da vida social inteligíveis e governáveis. Em outras palavras, uma reflexão sobre sujeitos financeiros implica olhar para conceitos e instituições que são enunciados numa vasta gama de instâncias, definindo moralmente pessoas e corpos e estabelecendo as condições e, sobretudo, os limites para o *homo economicus* fomentado por programas de literacia financeira, o agente racional que otimiza os meios para alcançar fins particulares.

Como diz Felwine Sawar (2019, p. 75), “O *Homo africanus* não é um *Homo economicus* em sentido estrito. Em meio às motivações de suas escolhas, existem lógicas da honra, da redistribuição, da subsistência, dos dons e contradons”. O objetivo deste artigo não é abordar tais lógicas, tal como faz a antropologia econômica tradicionalmente, mas examinar os esforços para a promoção da chamada “capacidade financeira” como uma tecnologia política que tem como horizonte a expansão do setor financeiro.

O argumento será conduzido em três seções que seguem. A primeira descreve como esse par formal/informal e moderno/tradicional aparece nas ruas de Luanda. Apresento algumas considerações teóricas de Judith Butler (2010) sobre a performatividade da economia para ressaltar o que a autora chama de “desarranjos” (*misfires*), no projeto de formação de sujeitos financeiros (LICO-PPE, 2010). Isso implica em dar atenção não tanto aos efeitos performativos dos programas de inclusão e literacia financeira, mas nas suas condições externas

esperadas e não satisfeitas. Entre elas estão as condições políticas para a expansão do setor financeiro, para a qual me volto na seção seguinte. Abordo aquilo que é apontado por analistas e agentes do setor como “ineficiências no mercado”, em especial o expressivo papel do estado na expansão do setor financeiro.

Na terceira seção, apresento alguns resultados de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Angola sobre capacidade financeira da população angolana. O que Felwine Sawar (2019, p. 17) chama de viés quantofrênico da episteme ocidental, “essa obsessão por numerar, avaliar, quantificar, colocar tudo em equações”, configura uma tecnologia política que constitui um campo de intervenção com vistas à expansão do setor financeiro. Atentar para tais estatísticas permite identificar os pressupostos subjacentes à ideia de inclusão e literacia financeira, bem como as condições econômicas que estabelecem os limites no horizonte de constituição de sujeitos financeiros.

A intersecção entre mercados formais e informais

Em julho de 2020, a Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva) anunciou um volume recorde de títulos de dívida pública negociados, o que foi explicado como um efeito dos esforços de literacia financeira. O comunicado de imprensa afirmava: “O aumento do Volume de Negócio reflecte cada vez mais a consolidação da literacia financeira sobre as alternativas de poupança, bem como a confiança das empresas e famílias angolanas, nos instrumentos financeiros disponíveis para transacção na Bodiva (...)” (BODIVA, 2020, p.1).

Em seu trabalho sobre Bancos Centrais, Douglas Holmes (2014) discutiu o caráter persuasivo de tais comunicados de imprensa. A mesma dinâmica comunicativa aplica-se às instituições financeiras em geral, que tendem a transmitir explicações para determinadas tendências econômicas de acordo com modelos, conceitos e programas que promovem. Neste caso, é interessante notar que a Bodiva não informa aquilo que aparecia em outro relatório publicado no mesmo ano, sobre o baixo volume de negócios, concentrados em apenas duas instituições financeiras:

Os mercados de capitais de Angola continuam subdesenvolvidos e limitados principalmente à emissão de obrigações do estado. (...) A sua principal característica é a venda e compra de obrigações do estado

com prazos de vencimento curtos e longos. A BODIVA - Bolsa de Dívida e Valores de Angola, formada em 2006, está a dar os seus primeiros passos, tendo sido lançada apenas em Março de 2014. (...) A plataforma da dívida, BODIVA, tem negociado obrigações do estado desde Maio de 2015. Dezassex instituições financeiras estão actualmente registadas para operar na BODIVA (a bolsa de valores). Destas, 14 são bancos e duas são corretoras. No entanto, a quota de mercado está concentrada, com apenas duas instituições sendo responsáveis por 70 por cento das transacções nesta plataforma em 2017. O volume de negócios no mercado permanece baixo. Ao mesmo tempo, por Angola não ter grandes volumes de exportação (para além do petróleo), também não existem mercados de capitais relevantes ou instrumentos de investimento sofisticados, tais como a possibilidade de negociar no mercado de derivados. (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. 18)

Ao contrário das informações sobre o baixo volume de negócios, a comunicação institucional da Bodiva apresenta uma perspectiva positiva, realçando o debate da literacia financeira, que se tornava cada vez mais proeminente no setor financeiro angolano. Assim, estabelecia uma relação causal entre um acréscimo no seu volume de negócios com o aumento na literacia financeira nas famílias angolanas.

São justamente as famílias e os indivíduos aqueles considerados desprovidos de informação sobre o sistema financeiro do país e que, portanto, deveriam ser educados sobre o assunto. Uma série de programas foi criada para esse fim, como parte de um plano ambicioso de incluir conteúdos sobre literacia financeira no sistema educativo angolano. A Comissão do Mercado de Capitais (CMC) promoveu o “Programa Mentor CMC”, uma parceria com Universidades que oferecia estágio a estudantes, além de palestras em várias partes do país. Um jovem economista responsável pelas palestras da CMC disse-me que o mundo financeiro estava desligado da realidade cotidiana dos angolanos, especialmente nas províncias, e que por isso, para explicar produtos e serviços financeiros, normalmente fazia analogias com formas económicas tradicionais. Esse era o caso das noções de *mixeiros*, intermediários que ganham comissões em negociações; *kilapi*, promessa de dívida a ser paga futuramente; e *kixikila*, forma de crédito que circula entre um grupo de pessoas com relações de confiança. Esta última é amplamente tratada na literatura sobre associações de crédito e poupança rotativa comuns entre mulheres em diferentes contextos (LOW, 1995; ARDENER; BURMAN, 1995; HOSSEIN; CHRISTABELL, 2022). Como explicam Ducados e Ennes Ferreira (1998):

Estas associações de poupança mútua caracterizam-se basicamente pela existência informal de um grupo cujos membros contribuem com um determinado montante, numa base periódica, para um fundo comum. Este fundo é utilizado rotativamente por cada um dos membros, normalmente com uma taxa de juro nula ou bastante baixa, envolvendo um montante pecuniário pequeno e de curto-prazo. (DUCADOS; FERREIRA, 1998, p. 5-6)

Entre os agentes do mercado financeiro entrevistados, era recorrente a ideia de que as pessoas estavam familiarizadas com formas econômicas tradicionais, mas sabiam muito pouco sobre serviços financeiros. Cada enunciação sobre essa falta de conhecimento tornava visível um imaginado campo de intervenção para a potencial expansão do setor financeiro: 70% da população poderia ainda se tornar bancarizada e consumidora de produtos e serviços da *banca angolana*. Ao mesmo tempo, a reiteração da falta de conhecimento sobre serviços financeiros fazia também ver aquilo que figurava de forma bastante palpável no dia a dia nas ruas de Luanda: as diferenças entre os chamados mercados formais e informais⁴.

Durante o breve trabalho de campo na cidade, andar a pé ou de mototáxi entre instituições financeiras me permitia contrastar constantemente a paisagem das ruas com o mundo corporativo que eu buscava entender. Via funcionários dos bancos na região da Maianga, onde estava hospedada, seguirem apressados com trajes corporativos e os sapatos de couro polidos por engraxadores que ofereciam seus serviços desde cedo nas ruas. O uso do dinheiro para a compra de frutas com as *zungueiras*, vendedoras ambulantes, contrastava com o pagamento em cartão no supermercado. A experiência de comer em restaurantes elitizados, com pratos da gastronomia portuguesa, contrastava com a experiência de comer em restaurantes populares, com seu *funge*, *muamba de galinha*, *quizaca*, *calulu*, *mufete*. A diferença de preço à época era de cerca de 5.000Kz para 1.500Kz por almoço, respectivamente.

Os trajetos distintos a cada dia me permitiam também conhecer alguns dos prédios públicos, guardados por funcionários zelosos que não toleravam registros fotográficos das fachadas. Um deles foi a Administração Geral Tributária (AGT), que tinha dispostos na recepção panfletos sobre o IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado), um imposto sobre bens, serviços e importações que vinha causando certa polêmica nos noticiários e nas conversas do dia a dia, pois

⁴ Ver Luena Pereira (2021) para uma discussão sobre os Bakongo e mercados informais em Luanda.

implicava o aumento dos preços a serem pagos pelos consumidores finais.



Figura 1 - Panfleto da Administração Geral Tributária (AGT) (Fonte: Material de campo, novembro de 2019)

Na primeira vez que tentei explicar sobre o meu interesse de pesquisa na Bodiva – a Bolsa de Dívida e Valores de Angola – para algumas vizinhas na vendinha da Dona Amélia, moradora do prédio em Maianga onde eu estava hospedada, que mantinha um *negócio* de venda de cerveja para os moradores e transeuntes, a resposta foi: “IVA?”. O mesmo aconteceu com um motorista de táxi quando mencionei o meu interesse na Bodiva: “IVA?”. Recém criada e atuando em um mundo completamente apartado do dia a dia das pessoas, a Bodiva sequer existia ou importava para elas, ao contrário do IVA, que era visto como mais uma ameaça vinda do “sistema”.

Essa foi uma hipótese que passei a cogitar ao colocar lado a lado o que via em campo com o trabalho de Schubert (2017), que explora extensamente em sua etnografia a ideia disseminada de um “sistema” associado à elite económica e política, do qual a maior parte das pessoas estariam excluídas. De um lado, as enunciações advindas dos programas de literacia financeira davam a crer uma falta de conhecimento da população em relação ao tema das finanças, a ser sanada com programas educativos. De outro, em um contexto chamado por Soares de Oliveira (2015) de “capitalismo orientado pelo Estado”, no qual o setor bancário privado se consolidou a partir de laços íntimos com a elite política, parecia haver certa desconfiança em relação aos bancos, largamente associados ao sistema.

Ainda que estudos do Banco Mundial e do BNA afirmem que “a falta de confiança nas instituições financeiras não é um problema em Angola” (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. 2), é interessante notar alguns pontos de tensão na relação com o sistema bancário. Por exemplo, todos os rapazes que trabalhavam como mototáxi com quem conversei disseram-me que as pessoas tinham dificuldade de sacar dinheiro nos bancos. Por isso, para garantir que teriam acesso aos seus salários em moeda para poderem fazer compras em mercados de rua mais baratos, faziam fila quando se espalhava a notícia de que uma determinada agência bancária tinha saques disponíveis. Assim, as críticas ao sistema financeiro não eram dirigidas a instituições como a Bodiva, que só passou a operar em 2014 e era à altura bastante desconhecida do público em geral, mas sim às agências bancárias locais. Estas assumem um papel importante entre a pequena parcela de 30% de angolanos bancarizados, para quem a transação mais comum é o “levantamento de dinheiro” (84%) (BNA; FINMARK TRUST, 2023, p. 103). Em outras palavras, aquilo que eventualmente aparece aos olhos do setor financeiro como um problema de desconhecimento sobre produtos e serviços financeiros – a preferência pelo saque no lugar do depósito em poupança ou da contratação de empréstimos –, indica justamente o ponto de contato entre a *banca angolana*, como provedora no dia a dia do papel-moeda em circulação, e os mercados informais dos quais participa a maior parte da população.

Se os relatórios do “Portal da Educação Financeira” do BNA indicavam o desconhecimento de termos financeiros, e das relações e linguagens específicas do mundo das finanças, a atenção aos preços internacionais do petróleo e aos mercados cambiais não era prática exclusiva de agentes financeiros. Manter divisas estrangeiras para se proteger da desvalorização da moeda é prática comum em contextos de alta inflação (NEIBURG, 2007), e não surpreendia a presença em Luanda de mercados de câmbio ativos e acessíveis, tanto em bancos e casas de câmbio quanto nas ruas da cidade.

Nesse sentido é interessante atentar para uma figura que se situa na intersecção entre mercado formal e informal, desarranjando narrativas financeiras convencionais. Refiro-me às *kinguilas*, ou “aquelas que esperam” (TOMÁS, 2022), senhoras com vestimentas tradicionais que não raramente sentam-se nas proximidades de bancos oferecendo serviços de operação de câmbio informal⁵.

5 O antropólogo angolano António Tomás (2022) menciona também os doleiros que negociavam na área denominada de “ringue” do enorme mercado Roque Santeiro, fechado em 2011.

A burocracia da troca de moeda em casas de câmbio contrastava com a facilidade de fazê-lo com alguma kinguila. Esses elementos corroboram o que ouvi durante o campo, em especial os rumores de que as kinguilas frequentemente trabalhavam para gestores de bancos, que as contratariam para vender divisas guardadas nos cofres da agência bancária, oferecendo uma taxa mais favorável aos clientes de rua do que o próprio banco (LOPES, 2006).

Além desse tipo mais concreto de relação entre mercado formal e informal, também as cotações do mercado de câmbio informal não estavam desassociadas das dinâmicas do próprio mercado formal. Um alto oficial do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF) me disse que a primeira coisa que olha no celular todos os dias é o “KinguilaHoje”, um website que mostra a cotação do mercado paralelo. Ali lê-se: “KinguilaHoje oferece informação actualizada do valor do Dólar e Euro paralelo em Angola, calculadora de divisas e as notícias mais relevantes da actualidade económica”⁶. Quando fui trocar dólares com Dona Teresa, kinguila indicada por um mototáxi, disse-lhe que a sua cotação estava diferente do KinguilaHoje. Ela então respondeu apontando para meu celular: “Eles não sabem o preço da rua”. Para os muitos agentes que intermediam a relação com o setor financeiro a partir da rua, como é o caso das kinguilas, o preço flutua a depender não apenas de cotações auferidas a partir do sistema financeiro, mas circunstancialmente a depender de cada relação em jogo. Uma portuguesa radicada em Angola contou-me que, nas operações de câmbio com kinguilas, o preço varia a depender de quem negocia e o tipo de relação estabelecida, se eventual ou periódica.

A enunciação de Dona Teresa – “eles não sabem o preço da rua” – pede por um olhar inverso daquele suposto nos programas de educação financeira. Quem, afinal, não sabe o quê? A literacia financeira aparece como um problema interno ao setor financeiro, que reconhece que não apenas a população tem dificuldade em dominar a linguagem técnica do mundo das finanças, como também os próprios funcionários do setor. O executivo de um dos bancos disse que o mercado angolano precisa melhorar, “a começar pelos funcionários do próprio banco”. A funcionária de outro banco mencionou cursos de formação que teve para entender o novo mercado de capitais. O programa de educação financeira da Comissão do Mercado de Capitais para 2019 previa a realização de palestras sobre o mercado de capitais para jornalistas, colaboradores bancários

⁶ Ver: <http://www.kinguilahoje.com/>. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

e de empresas (CMC, 2019).

Ao colocar em dúvida quem sabe o quê, Dona Teresa também fazia ver os limites dos modelos liberais de comportamento econômico que tomam os pares formal/informal e tradicional/moderno como referentes centrais para a noção de “capacidade financeira”. Nesse sentido, é interessante revisitar as críticas de Judith Butler (2010) à teoria da performatividade na economia proposta por Michel Callon (1998, 2010). Para Butler, Callon confere demasiada atenção às ilocuções, isto é, enunciados que exercem efeitos ontológicos, como é o caso dos poderes transformadores implicados na nomeação ritual de uma criança⁷. Segundo a filósofa, o foco exclusivo nos atos ilocucionários tende a enfatizar como os modelos e padrões da teoria econômica moldam o mundo à sua imagem, conferindo-lhes demasiado poder ontológico.

Butler argumenta, assim, que os modelos econômicos não moldam o mundo tanto como os autores associados a Michel Callon parecem sugerir (MITCHELL, 2007; MACKENZIE, 2008; MACKENZIE; MUNIESA; SIU, 2007). Também prestar atenção a enunciados perlocucionários poderia levar a análises interessantes em estudos sociais de finanças, isto é, olhar para atos de fala performativos que “provocam um estado de coisas no tempo (e não imediatamente) [apenas] se certas condições intervenientes forem satisfeitas” (BUTLER, 2010, p. 151). Segundo a filósofa, “uma perlocução depende de uma realidade externa e, portanto, opera na condição de poder não soberano” (BUTLER, 2010, p. 151). Nessa perspectiva, programas de literacia financeira atingiriam seus efeitos desejados apenas na medida em que fosse satisfeita a condição imposta pela narrativa convencional da modernização econômica, tal como aquela comunicada às crianças no museu da Moeda, que estabelece entre mercado informal e formal uma relação de anterioridade e assimetria. Mas o que Dona Teresa nos ensina quando diz que eles não sabem o preço da rua é que tal condição nunca se realiza, já que arranjos mais complexos entre os mercados formais e informais operam, como diria Butler, na condição de poder não soberano.

Seguindo o argumento de Butler, portanto, sugiro que o foco em atos perlocucionários permite ressaltar desarranjos (*misfires*) no projeto de formação de sujeitos financeiros. Isso implica dar atenção não tanto aos efeitos performativos dos programas de inclusão e literacia financeira, mas nas suas condições

⁷ Ver Dullely (2022) para uma análise sobre constituição de sujeitos coloniais em Angola a partir da performatividade da nomeação e tradução, por meio de um processo concomitante de fixação e deslocamento.

externas esperadas e não satisfeitas, o que inclui o próprio reconhecimento do setor sobre certas “ineficiências no mercado” e a dificuldade em implementar a “capacidade financeira” entre a maior parte da população.

Ineficiências no mercado

Em novembro de 2019, cerca de 250 pessoas dos setores angolanos de seguros, mercado de capitais e bancos, oficiais de alto escalão de órgãos reguladores do mercado financeiro, além da Ministra das Finanças à época, reuniram-se no luxuoso Hotel de Convenções Talatona (HCTA) para o Fórum de Mercado de Capitais. Intitulado “Capitalizando a economia 4.0”, o evento tinha como tema a promoção da economia digital em Angola. Na ocasião, foram também discutidos alguns dos planos prioritários do governo para o setor financeiro. Esse foi o caso do programa de privatizações, apresentado pelos consultores contratados pelo governo para conduzir o processo de alienação de quase 200 empresas públicas. A ideia é que elas pudessem se tornar, em algum momento, empresas de capital aberto com ações negociadas na Bódiva.

Nas semanas seguintes o Fórum se tornou assunto de conversa com as pessoas que entrevistei. Em um contexto de rápidas transformações no setor financeiro a partir das reformas econômicas promovidas pelo governo do presidente João Lourenço, empossado em 2017, duas posições se realçaram nas entrevistas: a visão institucional dos bancos e outra mais crítica à proximidade da banca angolana com o poder político. Essas duas posições refletiam a própria forma que as entrevistas tomavam. Havia aqueles que me recebiam no ambiente institucional, limitando-se a comunicar aquilo que já estava publicado nos documentos oficiais. Nessas ocasiões, as entrevistas eram sempre formais, em salas de reuniões e com vários membros da equipe, o que indicava uma postura institucional bastante comum a funcionários de corporações, de quem se espera uma performance corporativa bastante marcada para qualquer pessoa de fora da organização, seja um pesquisador, jornalista ou investidor. Não se oferece em nome da instituição qualquer opinião pessoal que não seja aquela oficialmente chancelada.

Aqueles com quem tive contato fora dos ambientes institucionais, em cafés, palestras ou eventos sociais, solicitavam a garantia de anonimato, pois não podiam “falar em nome do banco”. Nesses casos, por serem entusiastas do

mercado de capitais, em geral expressavam francamente as suas opiniões sobre os empecilhos ao seu crescimento. Esse foi o caso de um funcionário de uma corretora, por exemplo, que reagiu à minha pergunta sobre o Fórum de Mercado de Capitais dizendo que os temas do evento estavam fora da realidade de Angola. Para ele, falar de tecnologia e “economia 4.0” não fazia sentido quando o setor privado ainda engatinhava no país. Justamente por isso considerava que as medidas anunciadas pelo governo, como as privatizações de empresas públicas, eram muito bem-vindas, pois implicavam a promessa de que o mercado de valores mobiliários negociados na Bodiva, até aquele momento restrito a diferentes modalidades de títulos da dívida pública, poderia crescer. Esse mesmo funcionário, contudo, mostrava certo incômodo com a presença expressiva dos bancos agindo como corretoras na Bodiva, em contraste com apenas duas corretoras efetivamente ali registradas.

O contato com as corretoras, assim, permitiu o acesso a uma perspectiva marginal dentro do mercado de capitais. Durante a roda de conversa que realizei em uma das corretoras, os quinze funcionários presentes enfatizaram que o mercado de capitais em Angola não ia adiante porque os bancos operavam na mesma lógica do estado, com indicações de pessoas que eles consideravam “pouco qualificadas”, mas conectadas ao *establishment* político. Para eles, a literacia financeira era instrumento necessário não simplesmente para aumentar a taxa de bancarização, mas para efetivamente criar um setor privado independente do estado.

Compreende-se tal posição pela particularidade da formação do mercado de capitais em Angola. A Bodiva foi criada pelo Decreto Presidencial 97 de 2014 como uma sociedade anônima de capitais integralmente públicos. Tratava-se, assim, de uma empresa pública que se definia como uma “Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados”, e que desde 20 de maio de 2015 negocia modalidades de títulos da dívida pública angolana. A Bodiva, portanto, não surgiu como uma sociedade de corretoras, como comumente ocorre em bolsas de valores, mas sim do governo angolano como parte de sua estratégia de adaptar suas instituições financeiras aos moldes das economias ditas desenvolvidas. Contudo, como apontam analistas, o contexto sociopolítico do país é muito particular. Trata-se, segundo Tony Hodges (2001) e Christine Messiant (2008), de uma “oleocracia” governada por uma elite oligárquica, que promove o que Soares de Oliveira (2015) chama de um “capitalismo orientado pelo Estado”. A Bodiva

é pública, criada por Decreto Presidencial; tem suas políticas orientadas pelo Banco Nacional de Angola (BNA); está conectada ao BNA para “a concretização dos processos de liquidação financeira e para o processo de subcustódia dos títulos de dívida pública negociados em mercado regulamentado” (BODIVA 2015, p. 10); tem como membros bancos públicos e bancos privados com participação acionária de órgãos públicos. Daí a reclamação das sociedades corretoras: tratava-se de um arranjo que deveria ser provisório apenas porque havia uma ausência de corretoras no país, mas que se fixava como regra. Para o funcionário da corretora entrevistado, a Bodiva deveria ter incentivado o aumento de um nicho de mercado para sociedades corretoras privadas, mas apenas vinha sedimentando a posição dos bancos controlados pelo próprio governo.

De fato, um dos funcionários de banco com quem conversei, ainda que elogiasse a base regulamentar estabelecida pela CMC para o mercado de capitais, apontava para aquilo que via como um problema: “Há certas ineficiências no mercado. O mercado secundário da dívida é dominado pelos bancos, ainda não há mercado de ações e os bancos são os principais investidores”. Aquilo que era identificado por vários entrevistados como “ineficiências no mercado” foi descrito por Ennes Ferreira e Soares de Oliveira (2019) como a característica distintiva do setor bancário angolano, isto é, a participação do estado, empresas públicas e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido no poder desde 1975, no desenvolvimento de bancos comerciais privados. O membro do conselho de um banco com bastante experiência em outros países me confidenciou a sua visão crítica sobre o setor: “não existe mercado de capitais em Angola”, o que atribuía à relação do MPLA com os bancos. Uma preocupação semelhante foi expressa por uma funcionária da embaixada norte-americana, em rápida conversa durante uma recepção na Embaixada da África do Sul. Ao saber do tema de minha pesquisa, ela afirmou que há uma preocupação entre investidores internacionais em saber se os títulos são saudáveis, e mencionou a importância da regulamentação que estava sendo discutida à época sobre “branqueamento de capitais”, ou “lavagem de dinheiro” como se diz no Brasil. A nova lei sobre o tema (Lei 5/20) viria a ser promulgada alguns meses depois, em janeiro de 2020, estabelecendo os limites da relação entre o setor financeiro e “pessoas politicamente expostas”, como oficiais do governo e seus familiares.

A relação próxima entre membros do governo e bancos parecia apontar para certa dificuldade em conciliar aquilo que se apresentava como uma facha-

da corporativa que mimetizava mercados financeiros globais, mas cujo setor bancário privado se consolidou a partir de laços íntimos com a elite política. Em certo sentido isso explicava a opacidade dos ambientes institucionais com os quais tive contato, não apenas porque lidam com informações sigilosas de clientes, mas por operarem em um campo político marcado por certo nível de secretismo. Isso se tornou explícito em campo quando, após uma palestra que ministrei no Centro Cultural Brasil Angola, amplamente divulgada por meio dos meus contatos na Comissão do Mercado de Capitais (CMC), um senhor de meia idade com trajes corporativos veio ter comigo para compartilhar impressões sobre os empecilhos para o desenvolvimento do mercado de capitais no país, o que, para ele, explicava-se pela relação entre os bancos e o MPLA. Ao contrário de todas as outras pessoas que entrevistei, ele não se apresentou pelo nome e sobrenome. Ele sugeriu que eu falasse com a Diretoria de Comunicação do Banco Nacional de Angola (BNA), mas eu lhe disse que do BNA eu não tive resposta a nenhum dos meus contatos, nem aqueles por indicação. Ele então sorriu e disse: “é um país que esteve por muitos anos em guerra”. Eu o convidei para um café para conversarmos mais sobre o assunto, mas o convite foi educadamente declinado e o seu sobrenome nunca me foi revelado.

Trata-se de um aspecto largamente explorado por Jon Schubert (2010; 2017), que aponta para a “cultura do medo” disseminada no contexto angolano, em especial a impossibilidade de se falar abertamente sobre política. O autor se inspira no trabalho de Piot (2010) sobre a “cultura da paranoia” no contexto do Togo pós-guerra fria para abordar o modo como certos regimes políticos têm efeitos totalizantes, moldando o que pode ser dito e feito por diferentes atores. É interessante, contudo, pensar o que esse aspecto pode significar para uma análise sobre a economia política desses países. Como pensar uma economia que se fia pela ideia de um mercado ideal, que depende do livre acesso e circulação de informações, mas que opera a partir do secretismo próprio de um “capitalismo orientado pelo Estado” (SOARES DE OLIVEIRA, 2015)? A resposta do *trader* de um banco, ao comentar sobre o já mencionado Fórum de Mercado de Capitais, é ilustrativa da diferença entre o modo como o mercado opera em diferentes lugares: “Sou um pouco cínico em relação a essas conferências”, ele disse. As pessoas do setor “deviam estar a almoçar, jantar, mas ninguém quer revelar seus negócios”. Segundo ele, em Portugal os bancos “fazem complô contra a população” de tão próximos que são, mas em Angola, o setor era envolto em segredo.

Se, por um lado, a pouca expressividade do setor privado em um contexto de capitalismo orientado pelo Estado, bem como a relação próxima entre governo e bancos, são identificadas como “ineficiências no mercado”, por outro lado, vê-se no setor a “performance corporativa”, que itera constantemente os termos de um mundo que se busca reafirmar. Trata-se de um elemento de uniformização que busca equiparar o mercado ao de mercados de maior liquidez. O uso de jargões corporativos, a elaboração de relatórios técnicos e até mesmo a exibição de vestimentas formais – ternos e sapatos impecavelmente polidos pelos *engraxadores* espalhados por Luanda – criam o mercado em termos familiares a investidores estrangeiros. Tal constatação vai ao encontro de análises atuais sobre a economia política em Angola. Ricardo Soares de Oliveira (2015, p. 210) ressalta o aumento do uso da “linguagem do empreendedorismo” na última década: “Também no que diz respeito à aparência, a atitude e o código de vestuário evidenciam um perfil cada vez mais ‘empresarial’.” A técnica e a formalidade compõem um conjunto estético que cria “formas que persuadem” (STRATHERN, 1991), o que busca gerar um efeito de confiança entre agentes do mercado.

Nesse sentido se compreende o esforço constante, tanto de funcionários de órgãos públicos quanto de bancos privados investidos no crescimento do mercado de capitais, em reafirmar que as reformas do Presidente João Lourenço seriam capazes de modificar a própria dinâmica da economia, com a criação e expansão do setor privado e a separação do setor público e privado. Isso se vê, por exemplo, nas notícias veiculadas pela mídia sobre os marcos legais e o aparato institucional criados para regular e fiscalizar o novo mercado financeiro, como a Comissão do Mercado de Capitais (CMC), o Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF) e a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG). Vê-se também no plano nacional de privatizações de 195 empresas estatais, outro tema recorrente das entrevistas. Vê-se igualmente no insistente anúncio de expansão dos negócios da Bodiva com o seu desenvolvimento em um mercado de ações e até um mercado de futuros, não se limitando apenas à negociação de Títulos do Tesouro. Trata-se de uma dinâmica comunicativa, tratada por Douglas Holmes (2014) em sua etnografia sobre Bancos Centrais, que importa por seus efeitos persuasivos.

O que torna o mercado financeiro angolano particularmente interessante como objeto de pesquisa é a possibilidade que abre de explorar as fissuras nesse

mundo mimetizado das finanças em um contexto pós-colonial. Ou, como disse anteriormente, o foco não nas ilocuições e seus efeitos, mas nos enunciados perlocucionários, aquilo que para se efetivar plenamente depende de condições externas dificilmente satisfeitas. O papai-noel envolto em neve na recepção do escritório de um banco privado em pleno calor de novembro; um mercado de capitais que negocia apenas títulos da dívida pública, sem empresas de capital aberto negociando suas ações; bancos que lucram apenas com operações de câmbio a partir dos índices diários determinados pelo Banco Nacional de Angola e que não oferecem crédito à população por considerarem o país um mercado de risco; alguém que trabalha no setor que, sem revelar seu nome, sussurra meias palavras sobre o MPLA após uma palestra fora do ambiente de trabalho. Trata-se de situações que revelam fissuras na fachada corporativa, e um mercado que funciona de maneira bastante distinta do mercado ideal vislumbrado por economistas neoclássicos.

Capacidade Financeira

Em um texto celebratório ao partido e aos angolanos, intitulado “MPLA – O triunfo da democracia”, o economista Afonso Chipepe propõe a seguinte visão para Angola:

Gostaria de ver os investidores estrangeiros a investirem neste país, sem mais delongas porque **o destino de Angola depende do esforço mancomunado de todos e do conhecimento da sua realidade**. Os vários clubes financeiros internacionais deveriam propor-se a oferecer créditos a Angola, com taxas de juros baixos, para assim proporcionar a contínua recuperação das obras em curso. (CHIPEPE, 2013, p. 104, grifos adicionados).

Como parte do esforço para o “conhecimento da realidade” do país, o Banco Nacional de Angola passou a encomendar uma série de estudos sobre a inclusão e a capacidade financeira da população para “definir metas quantificáveis e concretas para o Banco Nacional de Angola e o CNEF — Conselho Nacional de Estabilidade Financeira, que é o órgão de coordenação e acompanhamento do Projecto de Desenvolvimento do Sistema Financeiro (PDSF)”. (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. v). Do ponto de vista dos agentes empenhados na expansão do setor, era primordial a transformação de pessoas em clientes potenciais

adulta em Angola não recebe qualquer rendimento. Aproximadamente 17% dos adultos estão nesta categoria, o que sublinha os consideráveis desafios económicos enfrentados por muitos indivíduos e agregados familiares no país. Uma parte significativa da população adulta não tem acesso a fontes de rendimento estáveis e fiáveis. Apenas uma pequena fração, cerca de 19%, declara ter uma fonte formal de rendimento, como salários públicos ou privados, ou uma pensão do Estado. (BNA; FINMARK TRUST, 2023, p.65)

O mesmo relatório “FinScope Angola” constata, então, que 53% da população angolana é financeiramente excluída, o que “corresponde à mais elevada [taxa] entre os países da SADC [Comunidade de Desenvolvimento da África Austral]. As pessoas financeiramente excluídas tendem normalmente transacionar apenas em dinheiro, pedir dinheiro emprestado a amigos ou familiares, manter objetos de valor em casa, e enviar e receber dinheiro através de amigos ou familiares.” (BNA; FINMARK TRUST, 2023, p. 88). Os dados sobre a contratação de serviços e produtos financeiros, como a poupança e o crédito, eram muito reveladores das dinâmicas “da rua”, nos termos de Dona Teresa, onde se articulam os pares formal/informal e moderno/tradicional. Um dos relatórios afirma: “Mais de metade dos adultos em Angola reportaram que guardam a sua poupança em casa ou a aplicam em grupos de poupança informais ou semi-formais. (...) 38 por cento dos adultos angolanos reportaram algum tipo de empréstimo, através de uma gama de fontes formais e informais.” (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. 2). De acordo com tal estudo, poupança informal e semi-informal se configuram a partir de grupos de autoajuda, a já mencionada “Kixiquila” e dinheiro guardado em casa, enquanto empréstimos informais são acessados por meio de mutuantes não registrados no sistema financeiro, família, amigos ou grupos de autoajuda, sem qualquer uso de cartão de crédito, crédito de instituições financeiras ou cooperativas de crédito. Não se admira, assim, que os únicos a contratarem crédito formal sejam os funcionários públicos, que têm garantia de renda e, portanto, de pagamento da dívida aos bancos:

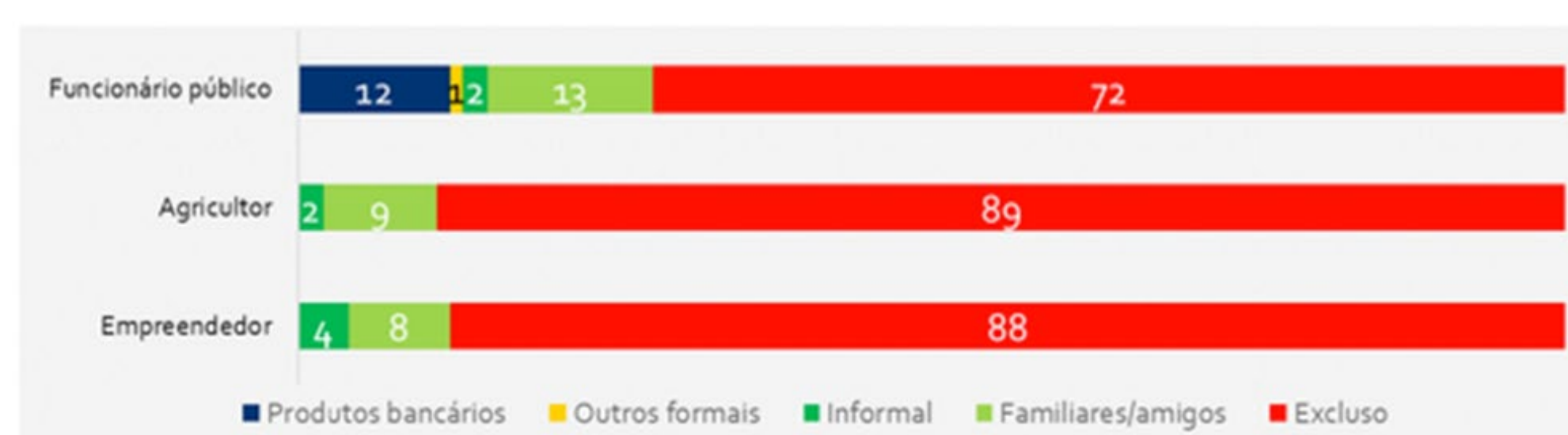


Figura 3 - Vertente de Crédito por meios de subsistência (%) (Fonte: BNA; FINMARK TRUST, 2023, p. 121)

Esse panorama se confirmava pelos dados da pesquisa promovida pelo CNEF com comerciantes em um mercado em Luanda:

apenas 9,8% dos comerciantes que pediram empréstimos o fizeram a bancos; enquanto 63,8% pediram empréstimos a contactos pessoais, 20,4% usaram a *Kixiquila* (um grupo de poupança informal onde os participantes se revezam para receber um pagamento periódico), 3,6% recorreram a prestamistas informais, e 2,5% usaram meios não especificados” (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. 44)

Quando conversei com um alto funcionário do CNEF, eles haviam acabado de finalizar tal pesquisa, da qual ele se mostrava muito orgulhoso. Ele me contou que tinha ficado surpreso em perceber que “as pessoas querem soluções para problemas práticos”, e o motivo pelo qual não fazem uso dos serviços financeiros é porque, segundo ele, esses “não são eficientes o suficiente”. Seu foco era a implementação do Plano Nacional de Inclusão Financeira (PNIF), para o qual acreditava que era preciso não apenas programas de literacia financeira, mas a diversificação na oferta de serviços financeiros. As ineficiências no mercado apareciam novamente, desta vez para apontar para problemas estruturais do sistema financeiro, como a falta de agências bancárias espalhadas pelo país, assim como a falta da oferta de produtos financeiros, como linhas de microcrédito. Com efeito, segundo o relatório mencionado acima, “o setor de microfinanças é amplamente inexplorado ou inexistente” (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p.17). Tal constatação reverberava aquilo que um funcionário de um banco russo havia me dito quanto ao mercado de crédito para a população angolana: “é um mercado de risco, então os bancos não vão emprestar”.

Nesse “mercado de risco”, a capacidade financeira – que abarca a inclusão e a literacia – é vista como um meio para o combate à pobreza. Uma das empresas contratadas para os estudos do BNA afirma que seu objetivo é “fazer com que os mercados financeiros funcionem para os pobres, promovendo a inclusão financeira e a integração financeira regional.” (BNA; FINMARK TRUST, 2023, p. 16). A ideia subjacente a tal afirmação é que, por meio do acesso a produtos financeiros como poupança e crédito, é possível “reduzir a pobreza e aumentar a prosperidade”. (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. 1).

O mesmo pode ser dito da literacia financeira, que foi medida em 2019 no “Inquérito sobre a Capacidade Financeira de Angola” a partir de um questioná-

rio sobre divisão simples (pergunta 1), inflação (pergunta 2), juros compostos (pergunta 3), comparação de descontos (pergunta 4), propósito dos seguros (pergunta 5) e diversificação de juros (pergunta 6) (Ver Figura 4). De acordo com os resultados apresentados, 71% das pessoas entrevistadas responderam “corretamente” a primeira pergunta, mas nas outras as respostas levaram os analistas a concluir o seguinte: “embora os adultos angolanos se sintam à vontade para realizar uma divisão simples, uma compreensão limitada dos conceitos mais complexos deixa-os vulneráveis a más decisões financeiras”. (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. 37). O “conhecimento da realidade” por meio da visualização de dados culmina em uma análise que associa pobreza aos baixos índices de literacia financeira: “A sua falta de compreensão sobre literacia financeira em geral e em particular sobre o impacto dos juros compostos é uma das causas dos problemas financeiros da população, e os decisores políticos devem focalizar sua atenção na educação financeira como meio de evitar o aumento dos níveis de pobreza”. (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. 42).

A partir dessa leitura, uma das soluções para os problemas financeiros da população é ter uma poupança no banco. Mas por que, afinal, as pessoas não poupam? O relatório FinScope Angola (BNA; FINMARK TRUST, 2023, p. 114) aponta as duas principais respostas dos entrevistados: “não sobra dinheiro depois das despesas” e “não tenho rendimento/dinheiro para poupar”. Os outros motivos incluem: “nunca pensei nisso”; “prefiro gastar dinheiro nas coisas que preciso agora”; “alguém vai cuidar de mim, então não preciso”. É interessante pensar tais respostas à luz do questionário que afigura a “capacidade financeira” das pessoas.

Questionário sobre literacia financeira

PERGUNTA 1. Imagine que cinco irmãos recebem um presente de 10,000 Kwanzas. Se os irmãos tiverem de dividir o dinheiro por igual, quanto é que cada um recebe?

PERGUNTA 2. Agora, imagine que os cinco irmãos têm de esperar um ano para conseguir a sua parte dos 10,000 Kwanzas e a inflação mantém-se nos 10%. Dentro de um ano, poderão comprar:

- Mais com a sua parte do dinheiro do que poderiam comprar hoje
- A mesma quantidade
- Menos do que poderiam comprar hoje
- Depende dos tipos de coisas que querem comprar (não ler esta opção)

PERGUNTA 3. Quanto estaria na conta no final de cinco anos? Seria

- Mais de 11,000 Kwanzas
- Exactamente 11,000 Kwanzas
- Menos de 11,000 Kwanzas
- É impossível dizer a partir da informação dada

PERGUNTA 4. Vamos supor que viu uma televisão do mesmo modelo à venda em duas lojas diferentes. O preço de retalho inicial era de 10,000 Kwanzas. Uma loja ofereceu um desconto de 1,500 Kwanzas, enquanto a outra ofereceu um desconto de 10%. Qual deles é um melhor negócio, um desconto de 1.500 Kwanzas ou de 10%?

- Um desconto de 1,500 Kwanzas
- É o mesmo
- Um desconto de 10%

PERGUNTA 5. Qual das seguintes afirmações descreve melhor o objectivo principal dos produtos de seguros?

- Acumular poupanças
- Proteger contra riscos
- Efectuar pagamentos ou enviar dinheiro
- Outro

PERGUNTA 6. Suponha que tem dinheiro para investir. É mais seguro comprar acções de uma só empresa ou comprar acções de muitas empresas?

- Comprar acções de uma empresa
- Comprar acções de muitas empresas

Figura 4 - Inquérito sobre a Capacidade Financeira, Angola, 2019 (Fonte: BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. 38)

A primeira pergunta desconsidera possíveis prescrições, hierarquias e precedências próprias de relações de parentesco e trata de um problema hipotético que se faz no presente: qual seria valor a ser dividido por igual entre irmãos? As duas perguntas seguintes esperam uma resposta que depende de um evento no futuro – qual seria o valor “dentro de um ano” e “no final de cinco anos”. Há aqui uma lógica temporal subjacente ao setor financeiro, que calcula retornos sobre o investimento (ROI) a partir de um enquadramento que tende ao futuro. Trata-se do que Laura Bear (2016a, 2016b) chama de “techne capitalista do tempo”. Busca-se, por exemplo, prever retornos futuros e garanti-los contra riscos por meio de produtos financeiros como o seguro ou colaterais financeiros, além de controlar as incertezas por meio da diversificação de investimentos. O próprio tempo, diz Bear (2016a, p.126), é “mercantilizado de novas maneiras à medida que instituições financeiras criam lucro ao colonizar o futuro”.

Mas há outras lógicas em jogo “no preço da rua”, como lembra Sawar (2019), que levam em conta a honra, a reciprocidade, a subsistência e a redistribuição. As respostas não deixam dúvidas: o pouco dinheiro que se ganha é usado para cobrir o custo de vida no presente, sendo movimentado em circuitos de relações e dinâmicas sociais que frequentemente se fazem visíveis na intersecção entre mercados formais e informais. Operar na lógica da techne capitalista do tempo parece não fazer sentido se “não sobra dinheiro depois das despesas”. Daí a preferência por “gastar dinheiro nas coisas agora”. Uma poupança em instituições financeiras, assim, situa-se fora do horizonte de possibilidades - “nunca pensei nisso” - , sobretudo quando o que prevalece é a certeza de que, dentro da lógica da reciprocidade, “alguém vai cuidar de mim”.

Ao contrário da análise de Deborah James (2014) sobre a classe média sul-africana, em que aparece o desejo de participar do sistema financeiro em busca de prosperidade, o que os dados do relatório mostram é que, do ponto de vista do que o setor chama de “financeiramente excluídos”, o problema da “capacidade financeira” – a inclusão e a literacia – parte de pressupostos que ignoram os limites impostos pelas condições econômicas, bem como a dinâmica de relações que escapam à lógica do sistema. Se o que se vislumbra nos relatórios é pela chave da falta, admite-se que é preciso mudanças mais amplas: “[A falta de rendimento estável] sublinha a necessidade urgente de medidas para promover o crescimento económico e a criação de emprego no país, a fim de atenuar os desafios económicos enfrentados por muitos indivíduos e agregados

familiares.” (BNA; FINMARK TRUST, 2023, p.65). A contribuição do setor para enfrentar tal problema se situa, como se viu, na promoção da inclusão e literacia financeiras para que o mercado “funcione para os pobres”, o que, consequentemente, acabaria funcionando também para o próprio sistema financeiro por meio de sua expansão.

Conclusão

Em um dos relatórios publicados pelo Banco Mundial sobre a capacidade financeira em Angola há um comentário revelador sobre o modo como o sistema financeiro encara suas crises: “Há evidências substanciais que indicam que a falta de conhecimento e competências financeiras contribuíram para a crise financeira global de 2008” (BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF, 2020, p. 37). Em outras palavras, a responsabilidade do colapso de 2008 é atribuída não aos bancos, que ofereciam a seus clientes títulos considerados “tóxicos”, mas às pessoas que os contratavam. Sobre tal leitura, um trader com quem conversei em Luanda se questionou: “Quem tem culpa? Quem dá dinheiro sabendo que não se vai pagar ou quem pega dinheiro sabendo que não tem para pagar?”. E acrescentou: “estamos a caminhar para uma crise mundial, porque o nível de endividamento está muito alto. E nesse jogo as instituições vão sempre ganhar”. Entre o modelo do capitalismo financeiro e o do capitalismo industrial, ele afirmava preferir o segundo: “O crescimento é mais lento, mais gradual, mas mais sólido”.

Opiniões críticas ao setor financeiro por pessoas nele inseridas revelam os desarranjos em sua utopia de prosperidade. O esforço etnográfico feito aqui seguiu o mesmo caminho, ao abordar os modos como os pares formal/informal e moderno/tradicional aparecem nas ruas de Luanda. A partir da sugestão de uma kinguila, de que “eles não sabem o preço da rua”, busquei explorar o modo como o setor financeiro vislumbra a rua como um campo de intervenção com vistas à expansão do setor. Esse movimento analítico permitiu abordar os limites da disseminação da “capacidade financeira”, ao tomar os esforços para a inclusão e literacia financeiras como enunciados perlocucionários que dependem de certas condições externas para provocar um estado de coisas no tempo. Foquei então naquilo que não se satisfaz dos modelos liberais de comportamento econômico, em especial o que os agentes do setor chamam de “ineficiências no mercado” e a recusa em operar na lógica da *techne* capitalista do tempo.

Ennes Ferreira e Soares de Oliveira (2019, p. 52) afirmam que “apesar de seu tamanho e importância, o setor bancário angolano é pouco pesquisado”. Creio que a atenção a mercados considerados emergentes a partir de abordagem etnográfica carrega o potencial para uma reflexão mais geral sobre as tecnologias políticas que estão na base do crescente endividamento e crises globais. Além disso, etnografias deslocadas dos grandes centros financeiros fazem ver mais explicitamente a episteme do sistema financeiro global, que remete, segundo Felwine Sarr (2019,), a

esse sonho que o Ocidente exportou para o mundo a partir do século XV, a reboque de uma vantagem tecnológica ou a golpes de porrete e de canhão quando fosse necessário. Mas foi, sobretudo, ao imbuir os imaginários coletivos de sua visão do progresso humano que ele venceu uma batalha decisiva. É desse estado de sítio que será necessário escapar para abrir espaço para outras possibilidades. (SARR, 2019, p. 13).

E outras possibilidades se fazem de utopias emancipatórias, como defende Françoise Vergès (2023), nascidas de contranarrativas capazes de superar a ideologia da falta subjacente às noções de inclusão e literacia financeiras.

Referências Bibliográficas

ARDENER, Shirley; BURMAN, Sandra. **Money-go-Rounds**. The importance of ROSCAs for women. London: Routledge, 1995.

BANCO ATLANTICO. **Planeie a sua vida antes que a vida planeie por si**. Guia de Literacia Financeira. Luanda: Banco Atlantico, 2013.

BANCO MUNDIAL; BNA; CNEF. **Fortalecendo a Capacidade e a Inclusão Financeira em Angola**. Um Inquérito baseado na Procura. Washington: Banco Mundial, 2020.

BEAR, Laura. For a New Materialist Analytics of Time. **Cambridge Journal of Anthropology**, v. 34, n. 1, p. 125–29, 2016a.

BEAR, Laura. Time as Technique. **Annual Review of Anthropology**, v. 45, p. 487–502, 2016b.

BNA. **Relatório de Balanço das Contas Bankita**. Luanda: Departamento de

Inclusão Financeira; BNA, 2021.

BNA; FINMARK TRUST. **Inquérito ao Consumidor FinScope Angola 2022**. Luanda: Departamento de Inclusão Financeira; BNA, 2023.

BNA; Instituto Nacional de Estatística. **Resultados do Inquérito de Literacia Financeira**. Luanda: BNA, 2023.

BODIVA. **Nota de Imprensa 06/CE/BODIVA/07-20**. Luanda: Bodiva, 2020.

BODIVA. **Relatório de Contas**. Luanda: Bodiva, 2015.

BOHANNAN, Paul. The impact of money on an African Subsistence Economy. **The Journal of Economic History**, v. 19, n. 4, p. 491-503, 1959.

BOHANNAN, Paul. Some Principles of Exchange and Investment among the Tiv. **American Anthropologist**, v. 57, n. 1, p.60-70, 1955.

BUTLER, Judith. Performative Agency. **Journal of Cultural Economy**, v. 3, n. 2, p. 147-161, 2010.

CALLON, Michel. Performativity, Misfires and Politics. **Journal of Cultural Economy**, v. 3, n. 2, p. 13-169, 2010.

CALLON, Michel (org.). **The laws of the market**. Oxford; Malden: Blackwell Publishers, 1998.

CHIPEPE, Afonso. **Pensar Angola Agora**. Um olhar sobre a actualidade económica e social de um país em transformação. Lisboa: Europress, 2013.

COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS. **Plano de Educação Financeira**. Luanda: CMC, 2019.

DEMIGURC-KUNT, A.; KLAPPER, L.; SINGER, D.; VAN OUDHEUSDEN, P. **Global Findex Database 2014: Measuring Financial Inclusion around the World**. Washington: World Bank, 2014.

DESAN, Christine. **Making Money: Coin, Currency, and the Coming of Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DUCADOS Henda Lucia; ENNES FERREIRA, Manuel. **O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência econômica das mulheres em Angola: a kixikila no município do Sambizanga (Luanda)**. Documentos de trabalho no 53. Lisboa:

Cesa-ISEG, 1998.

DULLEY, Iracema. Naming Others: Translation and Subject Constitution in the Central Highlands of Angola (1926-1961). **Comparative Studies in Society and History**, v. 64, p. 363-393, 2022.

ENNES FERREIRA, Manuel; SOARES de OLIVEIRA, Ricardo. The political economy of banking in Angola. **African Affairs**, v. 118, n. 470, p. 49–74, 2019.

GUYER, Jane. **Marginal Gains: Monetary Transactions in Atlantic Africa**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

JAMES, Deborah. **Money from nothing: indebtedness and aspiration in South Africa**. Stanford: Stanford University Press, 2014.

HODGES, Tony. **Angola: Anatomy of an Oil State**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

HOLMES, Douglas. **Economy of Words. Communicative Imperatives in Central Banks**. Chicago: the University of Chicago Press, 2014.

HOSSEIN, Caroline Shenaz; CHRISTABELL, P. J. (org.). **Community Economies in the Global South: Case Studies of Rotating Savings and Credit Associations and Economic Cooperation**. Oxford: Oxford Academic, 2022.

LICOPPE, Christian. The 'performative turn' in Science and Technology Studies. Towards a linguistic anthropology of 'technology in action'. **Journal of Cultural Economy**, v. 3, n. 2, p. 181-188, 2010.

LOPES, Carlos M. Candongueiros, Kinguilas, Roboteiros. Zungueiros. Uma digressão pela economia informal de Luanda. **Revue Lusotopie**, v. 13, n. 1, p. 163-183, 2006.

LOW, Alaine. **A Bibliographical Survey of Rotating Savings and Credit Associations**. London: Oxfam, 1995.

MACKENZIE, Donald. **Material markets: How economic agents are constructed**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MACKENZIE, D. A.; MUNIESA, F.; SIU, L. (Org.). **Do economists make markets?: on the performativity of economics**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

MITCHELL, Timothy. **Do economists make markets? On the performativity of**

economics. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

MESSIANT, Christine. **L'Angola postcolonial: Sociologie politique d'une oléocratie.** Paris: Karthala, 2008.

NEIBURG, Federico. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. **Mana**, v. 13, n. 1, p. 119-151, 2007.

PEREIRA, Luena. Gênero, geração e espaço público: notas sobre circulação e protagonismo de mulheres Bakongo em Luanda. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, p. 316-336, 2021.

PIOT, Charles. **Nostalgia for the future: West Africa after the Cold War.** Chicago: University of Chicago Press, 2010.

ROITMAN, Janet. **Fiscal Disobedience: An Anthropology of Economic Regulation in Central Africa.** NY: Princeton University Press, 2005.

SAWAR, Felwine. **Afrotopia.** São Paulo: n-1 Edições, 2019.

SCHUBERT, Jon. **Working the System.** A political ethnography of the New Angola. Ithaca; London: Cornell University Press, 2017.

_____. Democratisation and the Consolidation of Political Authority in Post-War Angola. *Journal of Southern African Studies*, 36 (3), 2010, p. 657-72.

SOARES de OLIVEIRA, Ricardo. *Magnífica e Miserável: Angola desde a Guerra Civil.* Lisboa: Tinta-da-China, 2015.

STRATHERN, Marilyn. *Partial Connections.* ASAO Special Publications. Savage: Rowman and Littlefield, 1991.

TOMÁS, António. In the Skin of the City. Spatial Transformation in Luanda. Durham: Duke University Press, 2022

VERGÈR, Françoise. Emancipatory Utopias. In: Achille Mbembe; Felwine Sarr (eds.) *To Write the African World.* Cambridge: Polity Press, 2023. p.168-181